

# Sumário

Prefácio à 1ª edição .....	9
Apresentação à 1ª edição .....	11
Nota introdutória à 1ª edição .....	13
Nota à 6ª edição .....	15
Índice de vídeos ( <i>playlist</i> ) .....	33

## PARTE I TEORIA GERAL DAS LICITAÇÕES

### Capítulo I Conceito, evolução e aplicabilidade

1. Conceito .....	39
2. Origem das licitações .....	40
3. Evolução histórico-normativa no direito brasileiro .....	46
4. Contratações públicas no Direito Comparado .....	52
4.1. União Europeia .....	53
4.1.1. Alemanha .....	55
4.1.2. França .....	58
4.1.3. Itália .....	60
4.2. Reino Unido .....	62
4.3. Estados Unidos da América .....	64
5. Pressupostos da licitação .....	66
5.1. Pressuposto lógico da licitação .....	66
5.2. Pressuposto jurídico da licitação .....	67
5.3. Pressuposto fático da licitação .....	67
6. Competência legislativa .....	68
6.1. Conteúdo da expressão constitucional “normas gerais” .....	69
7. Obrigatoriedade de licitação .....	70
7.1. Abrangência do imperativo constitucional que obriga a realização de licitações públicas .....	71
7.1.1. Conselhos de fiscalização de profissões .....	72
7.1.2. Ordem dos Advogados do Brasil .....	74
7.2. Inaplicabilidade do imperativo constitucional que obriga a realização de licitações públicas .....	76
8. Âmbito de aplicação da Lei nº 14.133/2021 .....	78
8.1. Restrições ao regime jurídico da Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	80
8.2. Regras de transição para aplicação exclusiva do atual Estatuto sobre Licitações e Contratações Públicas .....	81

8.2.1.	Simplificação e uniformização da regulamentação infralegal .....	84
8.2.2.	Prazo de transição especial aplicável aos municípios de pequeno porte.....	84
9.	Objetivos .....	85
10.	Fases do processo de licitação .....	85
10.1.	Inversão entre as fases de apresentação das propostas e lances, julgamento e habilitação.....	86
10.2.	Preferência pela forma eletrônica.....	87

## Capítulo II

### Princípios e garantias processuais

1.	Introdução.....	89
2.	Princípio da legalidade.....	91
2.1.	Recusa em cumprir leis ou atos normativos reputados inconstitucionais .....	92
3.	Princípio da impessoalidade .....	95
4.	Princípio da igualdade .....	96
5.	Princípios da moralidade e da probidade administrativa .....	98
6.	Princípio da publicidade.....	100
7.	Princípios da eficiência e da eficácia .....	101
8.	Princípio do interesse público .....	102
9.	Princípio do planejamento .....	104
10.	Princípio da transparência .....	106
11.	Princípio da segregação de funções.....	107
12.	Princípio da motivação .....	110
13.	Princípio da vinculação ao edital .....	113
14.	Princípio do julgamento objetivo .....	114
15.	Princípio da segurança jurídica .....	116
16.	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	116
17.	Princípio da competitividade.....	118
18.	Princípio da celeridade .....	119
19.	Princípio da economicidade.....	120
20.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	121
21.	Observância das disposições sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público .....	123
21.1.	Decisão com base em conceitos jurídicos indeterminados .....	124
21.2.	Proporcionalidade na aplicação de sanções a agentes públicos .....	125
21.3.	Modulação dos efeitos das decisões que estabeleçam nova interpretação ou orientação.....	126
21.4.	Flexibilização do princípio da legalidade e transação de direito público.....	128
21.5.	Diretrizes para a responsabilização do gestor público .....	129
21.6.	Previsão de realização de consultas públicas.....	131
21.7.	Dever de atuação para ampliação da segurança jurídica .....	132
22.	Princípio da adjudicação compulsória.....	132
23.	Garantias processuais aplicáveis ao certame licitatório.....	133
23.1.	Formalismo moderado.....	133
23.2.	Processo administrativo eletrônico.....	135
23.3.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa .....	136

### Capítulo III

#### Agentes públicos, licitantes e contratados

1.	Introdução.....	139
2.	Agentes públicos responsáveis pela condução dos certames.....	139
2.1.	Agente de contratação, comissão de contratação e pregoeiro .....	143
2.2.	Vedações impostas aos agentes públicos .....	145
2.3.	Possibilidade de utilização do corpo jurídico da entidade para a formulação da defesa dos agentes estatais.....	147
3.	Vedações à participação no certame e na execução contratual.....	150
3.1.	Pessoa física ou jurídica responsável pela elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo .....	150
3.2.	Pessoa física ou jurídica impossibilitada de participar da licitação em razão de sanção que lhe foi imposta .....	151
3.3.	Pessoa que mantenha vínculo com dirigente ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização e gestão contratual .....	152
3.4.	Empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	152
3.4.1.	Participação de matriz e filial em licitações e na execução contratual .....	154
3.5.	Empresas condenadas por exploração de trabalho infantil, condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes.....	157
4.	Consórcios de empresas.....	158
5.	Participação de cooperativas.....	160
6.	Benefícios aplicáveis às microempresas e às empresas de pequeno porte .....	163
6.1.	Processos licitatórios exclusivos ou prioritários .....	165
6.2.	Critérios de desempate e possibilidade de reformulação da proposta apresentada....	166
6.3.	Possibilidade de regularização de vícios na documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista .....	166
7.	Margem de preferência para bens e serviços nacionais ou sustentáveis .....	168
7.1.	Regulamentação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional .....	170
7.2.	Âmbito de aplicação do Decreto nº 11.890/2024.....	171
7.3.	Margem de preferência em razão da localidade de produção ou do domicílio de licitantes .....	172

### Capítulo IV

#### Disposições setoriais

1.	Introdução.....	175
2.	Locação de imóveis.....	175
3.	Licitações internacionais .....	176
4.	Compras .....	178
4.1.	Planejamento das compras.....	179
4.2.	Parcelamento e adjudicação por itens ou por preço global.....	179
4.3.	Prova de qualidade, exigência de amostras e indicação de marcas ou modelos.....	181
4.4.	Padronização .....	184
4.5.	Vedação à compra de artigos de luxo .....	185
4.5.1.	Enquadramento dos bens de consumo para suprir as demandas da administração pública federal .....	187

5.	Serviços em geral .....	187
5.1.	Classificação .....	188
5.1.1.	Serviços comuns e serviços técnicos profissionais .....	189
5.1.2.	Serviços eventuais e serviços contínuos .....	190
5.2.	Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra .....	193
5.2.1.	Conceito e surgimento .....	193
5.2.2.	A terceirização no âmbito da Administração Pública: surgimento e limites .....	193
5.2.3.	Características .....	195
5.3.	Princípios .....	198
6.	Execução indireta de obras e serviços de engenharia .....	199
6.1.	Empreitada por preço unitário .....	202
6.2.	Empreitada por preço global .....	203
6.3.	Empreitada integral .....	205
6.4.	Execução por tarefa .....	206
6.5.	Contratação semi-integrada .....	207
6.6.	Contratação integrada .....	208
6.6.1.	Restrição ao uso dos aditivos contratuais .....	210
6.6.2.	Principais críticas à contratação integrada .....	211
6.6.3.	Aplicabilidade da contratação integrada na atual Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	214
6.7.	Fornecimento e prestação de serviço associado .....	216

## PARTE II PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

### Capítulo I Fase preparatória

1.	Introdução .....	221
2.	Planejamento .....	223
2.1.	Estudo Técnico Preliminar – ETP .....	224
2.2.	Termo de Referência – TR .....	226
2.3.	Anteprojeto, Projeto Básico – PB e Projeto Executivo – PE .....	227
3.	Centralização e padronização de contratações .....	230
3.1.	Histórico dos procedimentos de padronização e centralização .....	231
3.2.	A centralização das compras públicas na esfera federal .....	232
3.3.	A padronização das contratações públicas e o catálogo eletrônico de padronização .....	234
4.	Sistema informatizado de acompanhamento de obras .....	236
5.	Consulta pública e audiência pública .....	237
6.	Matriz de alocação de riscos .....	239
7.	Orçamento da contratação .....	243
7.1.	Critérios para a elaboração dos orçamentos .....	244
7.1.1.	Situação anterior à entrada em vigência da Lei nº 14.133/2021 .....	246
7.1.2.	Pesquisa dos valores com base em bancos de preços .....	248
7.1.3.	Pesquisa dos valores com base em contratações similares .....	249
7.1.4.	Parametrização com base em sistemas referenciais ou publicações técnicas especializadas .....	250

7.1.5.	Pesquisa dos valores praticados pelo mercado .....	250
7.1.6.	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas .....	251
7.1.7.	Avaliação da composição dos custos unitários da obra e do custo global, mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica ....	251
7.1.8.	Parametrização com base em contratações semelhantes, nas hipóteses de contratações singulares .....	254
7.1.9.	Parametrização com base na cotação de mercado no momento da contratação .....	255
7.2.	Divulgação dos orçamentos .....	256

## **Capítulo II**

### **Modalidades de licitação**

1.	Introdução .....	261
2.	Pregão .....	262
2.1.	Surgimento e evolução no direito brasileiro .....	263
2.2.	Obrigatoriedade de utilização do pregão .....	264
2.3.	Bens e serviços comuns .....	265
2.4.	Utilização do pregão para obras e serviços de engenharia .....	267
2.5.	Utilização do pregão no processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC .....	270
2.6.	Aspectos procedimentais .....	272
3.	Concorrência .....	274
3.1.	Critérios de julgamento .....	276
3.2.	Possibilidade de utilização da concorrência nas hipóteses de registro de preços e concessões .....	277
4.	Concurso .....	278
4.1.	Critério de julgamento .....	279
4.2.	Prazo para a apresentação dos trabalhos .....	279
4.3.	Aspectos procedimentais .....	280
4.4.	Comissão julgadora .....	281
5.	Leilão .....	282
5.1.	Aspectos procedimentais .....	283
6.	Diálogo competitivo .....	285
6.1.	Surgimento .....	286
6.2.	Aplicabilidade .....	288
6.3.	Aspectos procedimentais .....	289
6.3.1.	Comissão de contratação e controle .....	289
6.3.2.	Fase de diálogo .....	290
6.3.2.1.	Realização do diálogo em fases sucessivas .....	291
6.3.3.	Fase competitiva .....	292
6.4.	Utilização do diálogo competitivo para contratação de concessões e PPPs .....	293

## **Capítulo III**

### **Fase externa**

1.	Introdução .....	295
2.	Divulgação do edital de licitação .....	296

2.1.	Conceito e natureza .....	296
2.2.	Cláusulas .....	297
2.3.	Adoção de minutas padronizadas .....	298
2.4.	Promoção de políticas públicas na área social e implantação de programa de integridade ( <i>Compliance</i> ) .....	298
2.5.	Transferência da responsabilidade por licenciamentos ambientais e desapropriações .....	300
2.6.	Obrigatoriedade da inclusão de cláusula contendo critérios para o reajustamento de preços .....	301
2.7.	Parecer da assessoria jurídica .....	301
2.7.1.	Papel da assessoria jurídica na presente Lei de Licitações .....	302
2.7.2.	Natureza do parecer jurídico .....	303
2.7.3.	Possibilidade de responsabilização de parecerista .....	304
2.8.	Publicidade do edital .....	306
2.9.	Impugnação, pedido de esclarecimentos e representação .....	308
2.10.	Republicação do edital .....	309
3.	Apresentação de propostas e lances .....	310
3.1.	Prazos mínimos para apresentação de propostas e lances .....	310
3.2.	Modos de disputa .....	311
3.2.1.	Modo de disputa fechado .....	311
3.2.2.	Modo de disputa aberto .....	312
3.2.3.	Modo de disputa combinado fechado/aberto .....	313
3.2.4.	Modo de disputa combinado aberto/fechado .....	314
3.3.	Lances intermediários e reinício da disputa .....	314
3.4.	Fase competitiva nas licitações por menor preço ou maior desconto em âmbito federal .....	315
3.4.1.	Apresentação e parametrização das propostas .....	316
3.4.2.	Abertura da sessão pública e envio de lances .....	317
3.5.	Possibilidade de exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação .....	320
4.	Julgamento .....	321
4.1.	Proposta manifestamente inexecutável .....	323
4.2.	Critérios de desempate .....	326
4.2.1.	Possibilidade de sorteio .....	329
4.3.	Negociação visando à obtenção de condições mais vantajosas após a classificação provisória das propostas .....	330
4.4.	Critérios de julgamento .....	331
4.4.1.	Menor preço .....	332
4.4.1.1.	O problema da adjudicação pelo menor preço .....	332
4.4.2.	Maior desconto .....	336
4.4.3.	Melhor técnica ou conteúdo artístico .....	338
4.4.4.	Técnica e preço .....	339
4.4.4.1.	Aspectos procedimentais relativos às licitações de melhor técnica e técnica e preço .....	341
4.4.4.2.	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual nas áreas de engenharia e arquitetura .....	342

4.4.5.	Maior retorno econômico .....	343
4.4.6.	Maior oferta de preço .....	345
4.4.7.	Maior lance .....	346
5.	Habilitação .....	347
5.1.	Disposições gerais sobre a fase de habilitação .....	349
5.1.1.	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação .....	349
5.1.2.	Apresentação dos documentos de habilitação .....	350
5.1.3.	Momento da exigência dos documentos relativos à regularidade fiscal .....	351
5.1.4.	Demonstração do cumprimento das exigências de reserva de vagas para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.....	351
5.1.5.	Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos trabalhistas .....	352
5.1.6.	Vistoria técnica.....	352
5.1.7.	Substituição ou apresentação de novos documentos .....	354
5.1.8.	Formas e dispensa da apresentação dos documentos de habilitação .....	356
5.1.9.	Habilitação de empresas estrangeiras .....	358
5.1.10.	Autorização para substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura .....	359
5.2.	Habilitação jurídica .....	360
5.3.	Habilitação técnica.....	362
5.3.1.	Qualificações técnico-profissional e técnico-operacional .....	364
5.3.2.	Registro de profissionais, empresas e atestados no conselho profissional competente .....	365
5.3.2.1.	Exigência do registro de atestados.....	366
5.3.2.2.	Obrigação de visto no Crea e quitação de anuidades.....	367
5.3.2.3.	Natureza do vínculo profissional entre o responsável técnico e a empresa .....	369
5.3.3.	Fatores admissíveis para demonstração de habilitação técnica .....	369
5.3.3.1.	Atividades anteriores: relevância, similaridade e identidade de objetos .....	369
5.3.3.2.	Quantitativos mínimos anteriores .....	372
5.3.3.3.	Prazo mínimo de execução contratual anterior .....	374
5.3.3.4.	Modo de comprovação .....	374
5.3.3.5.	Consórcios de empresas .....	375
5.3.3.6.	Relação de compromissos assumidos .....	376
5.3.3.7.	Subcontratação .....	377
5.3.4.	Indicação, qualificação e substituição do pessoal técnico .....	377
5.3.5.	Disponibilidade de instalações e equipamentos.....	379
5.3.6.	Demonstração do atendimento de requisitos previstos em lei especial .....	380
5.3.7.	Declaração de ciência das condições de execução contratual .....	382
5.3.8.	Exigência de certificações no padrão ISO (Organização Internacional de Normalização).....	382
5.4.	Habilitações fiscal, social e trabalhista.....	384
5.4.1.	Habilitação fiscal.....	385

5.4.1.1.	Regularidade fiscal de matriz e filial.....	386
5.4.1.2.	Regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal em certames federais .....	387
5.4.2.	Habilitação social.....	389
5.4.3.	Habilitação trabalhista .....	389
5.4.4.	O problema da ausência de exigência de certidões criminais .....	391
5.5.	Habilitação econômico-financeira .....	393
5.5.1.	Balço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis.....	394
5.5.1.1.	Validade dos documentos contábeis .....	395
5.5.1.2.	Balços patrimoniais intermediários.....	397
5.5.1.3.	Balço de abertura .....	398
5.5.2.	Vedação à exigência de faturamento mínimo .....	398
5.5.3.	Índices contábeis.....	399
5.5.4.	Relação de compromissos assumidos .....	400
5.5.5.	Exigência de capital ou patrimônio líquido mínimos.....	401
5.5.6.	Certidão negativa de falência .....	402
6.	Fase recursal.....	404
6.1.	(Des)necessidade de motivação da intenção de interpor recurso .....	406
6.2.	Efeitos dos recursos administrativos .....	407
6.3.	Manifestação prévia da assessoria jurídica.....	408
7.	Homologação.....	408
7.1.	Determinação do saneamento de irregularidades.....	410
7.2.	Revogação e anulação .....	411
7.2.1.	Contraditório e ampla defesa.....	413
7.3.	Adjudicação e homologação.....	414

## Capítulo IV

### Hipóteses de não realização do certame licitatório

1.	Introdução.....	417
2.	Disposições gerais sobre dispensa e inexigibilidade de licitação.....	418
3.	Inexigibilidade de licitação.....	419
3.1.	Contratação com fornecedor exclusivo .....	421
3.2.	Contratação de artistas consagrados .....	422
3.3.	Contratação de serviços de empresas ou de profissionais de notória especialização .	423
3.3.1.	Requisitos para a contratação direta .....	424
3.3.2.	Inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços jurídicos.....	426
3.4.	Credenciamento.....	428
3.5.	Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípua da Administração Pública .....	429
4.	Dispensabilidade de licitação.....	430
4.1.	Obras, serviços e compras de pequeno valor .....	434
4.2.	Licitação anterior deserta ou fracassada.....	436
4.3.	Contratação de bens, serviços alienações ou obras com características peculiares....	438
4.3.1.	Aquisição de componentes ou peças originais .....	438
4.3.2.	Aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional .....	439



4.3.3.	Aquisições para pesquisa e desenvolvimento .....	439
4.3.4.	Transferência de tecnologia e licenciamento de direito de criação protegida .....	440
4.3.5.	Compra de hortifrutigranjeiros, pães e gêneros perecíveis .....	441
4.3.6.	Contratação de bens ou serviços que envolvam alta complexidade tecnológica e defesa nacional .....	442
4.3.7.	Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico.....	443
4.3.8.	Aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior.....	444
4.3.9.	Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas e tropas.....	444
4.3.10.	Contratação de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis.....	445
4.3.11.	Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos.....	446
4.3.12.	Contratação de serviços, locação ou aquisição de equipamentos destinados a investigação criminal visando à proteção do sigilo da investigação .....	447
4.3.13.	Aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras ....	448
4.4.	Contratações que incentivem a inovação e a pesquisa científica e tecnológica.....	449
4.5.	Comprometimento da segurança nacional.....	450
4.6.	Guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem .....	451
4.7.	Emergência ou calamidade pública .....	453
4.8.	Contratação de bens ou serviços com entidade que integre a Administração Pública .....	457
4.9.	Intervenção, pela União, no domínio econômico .....	457
4.10.	Celebração de contrato de programa para a prestação de serviços públicos de forma associada .....	458
4.11.	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS.....	459
4.12.	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação dos critérios de técnica .....	460
4.13.	Contratação de entidade sem fins lucrativos para a prestação de serviços por pessoas com deficiência.....	461
4.14.	Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	463
4.15.	Contratações para a aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundações de apoio.....	465
4.16.	Contratações para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água .....	466
4.17.	Contratações para a implementação do “Programa Cozinha Solidária” .....	466
5.	Dispensa de licitação .....	467
5.1.	Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias.....	468
5.1.1.	Doação em pagamento .....	469
5.1.2.	Doação .....	470
5.1.3.	Permuta.....	471

5.1.4.	Investidura.....	472
5.1.5.	Venda, concessão de título de propriedade ou de direito real de uso a outra pessoa que integre a Administração Pública.....	473
5.1.6.	Alienação de imóveis para atender a programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social .....	473
5.1.7.	Legitimação de posse, concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis comerciais.....	474
5.1.8.	Regularização fundiária de interesse social de terras públicas rurais pertencentes à União e ao Incra.....	475
5.1.9.	Legitimação de posse em terras devolutas da União tornadas produtivas ...	476
5.1.10.	Legitimação fundiária e legitimação de posse no âmbito da Regularização Fundiária Urbana – Reurb .....	477
5.2.	Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias .....	477
5.2.1.	Doação para fins e uso de interesse social .....	478
5.2.2.	Permuta.....	479
5.2.3.	Venda de ações por meio de bolsa de valores .....	479
5.2.4.	Venda de títulos.....	480
5.2.5.	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública .....	480
5.2.6.	Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível para quem os vende .....	481

## Capítulo V

### Procedimentos auxiliares

1.	Introdução.....	483
2.	Credenciamento .....	483
2.1.	Contratações paralelas e não excludentes .....	484
2.2.	Contratações com seleção a critério de terceiros .....	484
2.3.	Contratações em mercados fluidos.....	485
2.4.	Aspectos procedimentais .....	486
3.	Pré-qualificação.....	487
3.1.	Aplicabilidade.....	489
3.2.	Aspectos procedimentais .....	490
4.	Procedimento de manifestação de interesse – PMI .....	491
4.1.	Aspectos procedimentais .....	492
5.	Sistema de registro de preços – SRP .....	494
5.1.	Aplicabilidade.....	495
5.2.	Edital de licitação para registro de preços .....	495
5.2.1.	Quantitativos máximos.....	496
5.2.2.	Quantitativos mínimos .....	497
5.2.3.	Critérios de julgamento e de adjudicação .....	498
5.2.4.	Preços registrados .....	499
5.2.5.	Vedação a duplicidade de atas .....	501
5.3.	Natureza jurídica do registro de preços .....	501
5.4.	Vigência da ata e redimensionamento dos quantitativos registrados .....	502
5.5.	Intenção de registro de preços – IRP .....	503

5.5.1.	Divulgação da intenção de registro de preços.....	503
5.5.2.	Adesão a ata de registro de preços.....	504
5.5.2.1.	Limites quantitativos nas adesões a atas de registro de preços .....	505
6.	Registro cadastral unificado.....	506
6.1.	Inscrição dos interessados e participação em licitações.....	507
6.2.	Registro e avaliação do histórico da contratada.....	508
6.3.	A experiência do direito italiano .....	509

## PARTE III CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

### Capítulo I Teoria geral dos contratos administrativos

1.	Introdução.....	517
2.	Natureza jurídica .....	518
3.	Conceito .....	518
3.1.	Contratos de Direito Privado da Administração Pública .....	519
4.	Características .....	520
4.1.	Bilateralidade.....	520
4.2.	Estabilidade .....	520
4.3.	Onerosidade .....	521
4.4.	Comutatividade.....	521
4.5.	Celebração <i>intuitu personae</i> .....	521
4.6.	Formalidade.....	521
5.	Espécies de ajustes administrativos.....	522
5.1.	Contrato de obra pública.....	522
5.2.	Contrato de serviço.....	524
5.3.	Contrato de compra .....	525
5.4.	Contrato de locação .....	525
5.5.	Contrato de concessão de direito real de uso .....	526
5.6.	Concessão ou permissão de uso de bem público .....	526
5.7.	Alienação .....	528
5.8.	Contrato de eficiência.....	528
5.9.	Contratos públicos sujeitos às normas específicas .....	528
5.9.1.	Contrato de concessão de serviço público em sentido estrito.....	529
5.9.2.	Contrato de concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.....	530
5.9.3.	Contrato de concessão patrocinada .....	531
5.9.4.	Contrato de concessão administrativa .....	532
5.10.	Convênios e outras espécies de avenças administrativas .....	532
5.10.1.	Contrato de gestão .....	533
5.10.2.	Termo de parceria .....	535
5.10.3.	Contrato de programa .....	535
6.	Controle das contratações .....	536
6.1.	Processo de fiscalização.....	537
6.2.	Critérios para fiscalização e análise do sobrepreço em obras públicas.....	538

6.3.	Suspensão cautelar do certame .....	539
6.4.	Orientações emanadas pelo TCU.....	540
6.5.	Escolas de contas .....	541
7.	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP .....	541
7.1.	Aplicabilidade.....	542
7.2.	Informações disponíveis .....	542
7.3.	Funcionalidades.....	543
7.4.	Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.....	544
7.5.	Perspectivas .....	544
7.6.	Regras de transição para municípios de pequeno porte .....	545
7.7.	Divulgação em Diário Oficial, jornal diário e em sítio eletrônico .....	546
8.	Formalização dos contratos.....	547
8.1.	Instrumento de contrato .....	547
8.2.	Outros documentos contratuais.....	547
8.3.	Contrato verbal e assunção de obrigação sem cobertura contratual .....	548
8.4.	Convocação para formalização da avença.....	549
8.4.1.	Sanção pela negativa de celebração da avença .....	549
8.4.2.	Convocação dos remanescentes para formalização da avença .....	550
8.5.	Requisitos para formalização.....	551
8.6.	Divulgação das contratações e aditamentos no PNCP .....	552
8.7.	Cláusulas necessárias.....	553
8.7.1.	Cessão do direito ao aproveitamento econômico.....	555
9.	Garantias .....	557
9.1.	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública .....	558
9.2.	Seguro-garantia.....	559
9.3.	Fiança bancária .....	560
9.4.	Título de capitalização.....	560
9.5.	Percentuais ordinários.....	561
9.6.	Percentuais máximos admitidos nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto e a cláusula de retomada.....	561

## Capítulo II

### Execução e fiscalização dos contratos administrativos

1.	Introdução.....	565
2.	Cláusulas exorbitantes .....	565
2.1.	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i> .....	567
3.	Alteração dos contratos .....	568
3.1.	Alterações unilaterais .....	568
3.1.1.	Limites para as alterações unilaterais.....	568
3.1.2.	Alterações unilaterais quantitativas e qualitativas.....	570
3.2.	Alterações por acordo entre as partes .....	572
3.2.1.	Alterações qualitativas por acordo entre as partes nos contratos de obras e serviços .....	572
4.	Duração dos contratos .....	573
4.1.	Contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	575

4.2.	Contratos que envolvam inovação e incentivo à pesquisa científica e tecnológica, segurança nacional e produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS....	577
4.3.	Serviços públicos em regime de monopólio.....	578
4.4.	Contratos que gerem receita e de eficiência .....	578
4.5.	Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes na área de tecnologia da informação.....	579
5.	Execução dos contratos.....	580
5.1.	Gestão e fiscalização .....	580
5.1.1.	Designação da equipe de fiscalização .....	581
5.1.2.	Principais atribuições do gestor e da equipe de fiscalização.....	582
5.1.3.	Preposto da contratada.....	584
5.2.	Responsabilidades do contratante.....	585
5.3.	Responsabilidades da contratada .....	585
5.3.1.	Reserva de cargos prevista em lei .....	586
5.3.2.	Reparação de danos causados à Administração e à terceiros .....	586
5.3.3.	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato .....	587
6.	Subcontratação .....	589
6.1.	(Des)necessidade de previsão expressa no edital e no contrato .....	590

### Capítulo III

#### Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos

1.	Introdução.....	593
1.1.	Contingências contratuais .....	594
1.1.1.	Contingências contratuais típicas e atípicas.....	594
1.1.2.	Contingências contratuais ordinárias e extraordinárias .....	595
1.2.	Cláusulas pacta sunt servanda e rebus sic stantibus .....	597
2.	Equilíbrio econômico-financeiro e sua relação com a matriz de alocação de riscos.....	598
2.1.	Alocação de riscos.....	602
3.	Reajustamento de preços e tarifas.....	603
4.	Repactuação .....	606
4.1.	Surgimento .....	606
4.2.	Aplicabilidade.....	607
4.3.	Datas-bases .....	607
4.4.	Procedimento .....	608
4.5.	Preclusão do direito à repactuação.....	609
4.6.	Nacionalização da jurisprudência sobre o tema .....	610
5.	Revisão.....	611
5.1.	Desequilíbrio contratual provocado pelo Poder Público .....	612
5.1.1.	Alteração unilateral .....	612
5.1.2.	Fato do príncipe .....	613
5.1.3.	Fato da Administração .....	614
5.2.	Desequilíbrio contratual provocado por contingências externas.....	615
5.2.1.	Teoria da imprevisão, caso fortuito e força maior.....	615
5.2.2.	A pandemia de coronavírus (Covid-19) e o desequilíbrio contratual.....	617

## Capítulo IV

### Extinção dos contratos administrativos

1.	Introdução.....	619
2.	Recebimento do objeto .....	619
2.1.	Recebimento provisório .....	620
2.2.	Recebimento definitivo .....	621
2.3.	Ensaio, testes e provas que demonstrem a adequada execução contratual .....	621
2.4.	Possibilidade de rejeição do objeto contratual.....	622
2.5.	Responsabilidade civil do construtor, consultor e projetista.....	623
3.	Execução da despesa pública.....	627
3.1.	Empenho.....	628
3.2.	Liquidação .....	629
3.3.	Pagamento .....	630
3.3.1.	Ordem cronológica de pagamentos .....	631
3.3.2.	Pagamento em conta vinculada.....	632
3.3.3.	Obrigatoriedade do pagamento de valores incontroversos.....	633
3.3.3.1.	Restituição de valores indevidamente recebidos .....	634
3.3.3.2.	Retenção de pagamento.....	634
3.3.3.3.	Glosa de pagamento.....	636
3.3.4.	Remuneração variável vinculada ao desempenho .....	637
3.3.5.	Pagamento antecipado .....	637
4.	Extinção dos contratos administrativos.....	639
4.1.	Cumprimento do objeto ou decurso de prazo .....	639
4.2.	Nulidade dos contratos.....	639
4.2.1.	Requisitos para declaração de nulidade.....	640
4.2.2.	Efeitos temporais da declaração de nulidade .....	641
4.2.3.	Efeitos patrimoniais da declaração de nulidade .....	642
4.3.	Motivos para extinção dos contratos por iniciativa da Administração.....	642
4.3.1.	Descumprimento contratual direto .....	645
4.3.2.	Inobservância das determinações emanadas pelos agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual.....	646
4.3.3.	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada.....	646
4.3.4.	Desaparecimento da contratada.....	647
4.3.5.	Caso fortuito e força maior .....	647
4.3.6.	Impasses relacionados ao licenciamento ambiental .....	648
4.3.7.	Adversidades relacionadas à liberação das áreas .....	649
4.3.8.	Razões de interesse público.....	650
4.3.9.	Inobservância das disposições concernentes à reserva de cargos.....	650
4.4.	Motivos para extinção dos contratos por iniciativa da contratada .....	651
4.4.1.	Supressão unilateral além do parâmetro legal .....	652
4.4.2.	Suspensão de execução por prazo superior a 3 (três) meses.....	652
4.4.3.	Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis .....	652
4.4.4.	Atraso dos pagamentos devidos à contratada.....	653
4.4.5.	Não liberação de área, local, objeto ou de fontes de materiais naturais.....	653
4.5.	Formas de extinção .....	654

4.5.1.	Extinção por ato unilateral e escrito da Administração.....	654
4.5.2.	Extinção em razão de distrato .....	655
4.5.3.	Extinção por decisão arbitral ou judicial.....	656
4.6.	Verbas devidas pela rescisão sem culpa da contratada.....	656
5.	Meios alternativos de resolução de controvérsias .....	657
5.1.	Mediação e conciliação.....	658
5.2.	Comitês de resolução de disputas.....	659
5.3.	Arbitragem.....	659
6.	Irregularidades na execução contratual .....	660
6.1.	Infrações administrativas.....	660
6.2.	Sanções administrativas .....	661
6.2.1.	Advertência .....	661
6.2.2.	Multa .....	662
6.2.2.1.	Multa moratória e compensatória .....	664
6.2.3.	Impedimento de licitar e contratar .....	664
6.2.3.1.	Alcance dos efeitos da sanção de impedimento de licitar e contratar .....	665
6.2.4.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	666
6.2.4.1.	Irretroatividade dos efeitos da declaração de inidoneidade .....	667
6.2.4.2.	Limitação temporal dos efeitos da declaração de inidoneidade....	668
6.2.4.3.	Possibilidade de aplicação de sanção de inidoneidade pelo Tribunal de Contas da União.....	669
6.3.	Processo administrativo para apuração de responsabilidades .....	669
6.3.1.	Finalidades .....	670
6.3.2.	Garantias processuais e cautelas a serem observadas.....	670
6.3.3.	Comissão de apuração de infrações administrativas .....	671
6.3.4.	Intimação para apresentação de defesa e produção de provas .....	672
6.3.5.	Prescrição .....	672
6.3.6.	Recursos.....	673
6.3.7.	Harmonização das infrações administrativas com o disposto na Lei Anticorrupção.....	674
6.3.8.	Inscrição das penalidades nos cadastros competentes .....	675
6.3.9.	Reabilitação do licitante ou contratada .....	676
7.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	677
7.1.	Desconsideração expansiva da personalidade jurídica na Lei de Licitações .....	678
7.2.	Posicionamento dos tribunais .....	680
	Referências bibliográficas .....	683